

COLONOS NA FAZENDA IBICABA, EMPRESÁRIOS EM PIRACICABA: A EVOLUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE UM GRUPO DE IMIGRANTES ALEMÃES (1850-1880)

Módulo VII : Economia do Trabalho

André Munhoz de ARGOLLO FERRÃO

Professor Assistente Doutor

Unicamp, Faculdade de Engenharia Civil, Departamento de Construção Civil

Cx.P. 6021, CEP 13083-970, Campinas-SP. Tel.(019) 788-2391, argollo@fec.unicamp.br

Resumo. Este trabalho apresenta a evolução sócio-econômica de um grupo de colonos alemães que imigrou para o Brasil, estabelecendo-se na Fazenda Ibicaba por volta de 1850, sob o “Sistema de Parceria” pioneiramente implementado na dita propriedade do Senador Vergueiro, e posteriormente aplicado em várias outras fazendas cafeeiras do interior de São Paulo. A dificuldade relatada por este grupo de imigrantes alemães confirma o que, em geral, todos eles enfrentavam ao se transferirem da Europa para as fazendas de café no Brasil. Este trabalho apresenta um relato que vai desde a travessia do Oceano Atlântico, até a viagem por terra, de Santos à Fazenda Ibicaba, em Limeira. Baseado em fontes primárias e em entrevistas com um descendente direto de um dos líderes do grupo, este artigo mostra ainda como foi que eles conseguiram livrar-se das dívidas contraídas e sair da Colônia de Ibicaba, para estabelecerem-se em Piracicaba, onde criaram raízes e cresceram economicamente, embora deva-se salientar que, neste caso específico, eles já chegaram em Piracicaba com capital suficiente para abrirem seus próprios negócios. Trata-se de uma contribuição para a História Econômica, e também para a História da Técnica no Brasil, uma vez que se apresenta uma das maneiras com que colonos europeus introduziram técnicas produtivas nos diversos ramos de atividade em que atuaram. Mostra também como tais técnicas foram inicialmente introduzidas, posteriormente assimiladas, e finalmente desenvolvidas no país. Neste trabalho relacionam-se as técnicas de construção utilizadas pelos imigrantes alemães em Ibicaba, e depois em Piracicaba, cidade onde eles construíram, por volta de 1880, diversas casas para uma emergente classe média, abastada, oriunda dos movimentos migratórios. O processo construtivo e o gerenciamento das construções caracteriza os empreendimentos imobiliários e de insumos para a construção civil, bem como as iniciativas em outros setores da indústria e comércio que este grupo de imigrantes e seus descendentes realizaram na região de Piracicaba, durante a segunda metade do século XIX.

Abstract. The period studied in this paper is 1850-1880. This work presents the social and economic evolution of a group of germany families that came to Brazil like coffee farm workers. They came in the middle XIXth century, and were installed on Ibicaba, an important property of Vergueiro & Company. They worked on coffee plantations, like "partners", under the system called "*sistema de parceria*". After four years working on Ibicaba, they went to Piracicaba, a city of São Paulo State. They had management feeling, and knowledge about productive techniques. With these predicatives, they knew how to get money. They built houses to sell, and formed many enterprises on industry and commerce in Piracicaba. Their business and history can illustrate how, and with what ways, many workers from Europe got success on Brazil.

Introdução

A principal atividade produtiva do Brasil no século XIX foi sem dúvida a cafeicultura que, particularmente no Estado de São Paulo, provocou uma “rearquitetura” do território, rasgado por ferrovias e ocupado por cidades que surgiam e cresciam economicamente, de acordo com a dinâmica da marcha do café para o interior. O café, que foi a grande “indústria brasileira” do século XIX, alavancou o processo de industrialização de São Paulo já a partir da segunda metade daquele século. No entanto, há que se salientar que muito do sucesso econômico da cafeicultura repousa sobre a escravidão, e depois, sobre o trabalho de colonos livres (imigrantes europeus, e também brasileiros, num segundo momento).

De fato, a escravidão predominou em aspectos importantes da vida brasileira até o final do século XIX. Com o término deste sistema de trabalho, iniciou-se um processo de reformulação da economia do trabalho, com conseqüências significativas para as finanças públicas e privadas. Os governos após a abolição tiveram que administrar sucessivas crises econômicas, com inflação e fuga de investidores nacionais e estrangeiros, acabando com o clima de otimismo que seguiu-se à emancipação.¹

Já para a indústria, o pagamento de salários representava maior vantagem financeira do que a manutenção de escravos como capital fixo. Caio Prado Jr. sustenta que, de um modo geral, e de um ponto de vista estritamente financeiro, o trabalho escravo tornara-se mais oneroso que o assalariado, pois “*o escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, mesmo sem considerar o risco que representa a vida humana, forma um adiantamento a longo prazo de sobretrabalho eventual a ser produzido; e portanto um empate de capital. O assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital, permitindo dispensá-la, a exclui. É o que se deu com o advento da indústria moderna*”².

¹ SCHULZ, J. *A crise financeira da abolição*. São Paulo : Edusp : Instituto Fernand Braudel, 1996. 167p.

² PRADO JR., C. *Formação econômica do Brasil*. 19ªed., São Paulo : Brasiliense, 1976[1945]. 346p.

Em Ibicaba, a experiência pioneira da introdução de imigrantes europeus como colonos em fazendas de café

Desde meados do século XIX já havia no Brasil quem se preparasse para a transição entre o sistema escravista e o sistema de trabalhadores livres. Uma das principais experiências neste sentido surgiu entre 1840 e 1850 por iniciativa do Senador Nicolau de Campos Vergueiro, grande proprietário de terras da Província de São Paulo, lavrador de café e político importante, pioneiro na introdução do trabalho livre na produção cafeeira. Seu sistema baseava-se na fixação de colonos nas fazendas trabalhando sob o “regime de parceria”, porém como subordinados, tendo se caracterizado como uma espécie de transição entre o sistema primitivo (preferido pelo Império), o qual resultava na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, e o sistema de colonização por assalariados puros (preferido pelos fazendeiros paulistas), que prevaleceria a partir do final do século XIX.

A experiência de Ibicaba é relevante por tratar-se de uma tentativa de colonização a partir da iniciativa privada, subsidiada pelo governo, tendo colocado em prática um sistema de trabalho que acabou não vingando por razões diversas: o *sistema de parceria*. Ibicaba tornou-se uma fazenda-modelo, onde se introduziram as técnicas mais avançadas da época para a produção de café³.

A introdução dessas técnicas sofreu influência direta, e em muitos casos contou com a própria iniciativa dos imigrantes europeus introduzidos sob o sistema de parceria. Por exemplo, o primeiro locomóvel a vapor utilizado nas lavouras de São Paulo foi instalado em Ibicaba, trazido por imigrantes alemães, que introduziram várias outras técnicas produtivas.

A Província de São Paulo chegou a contar cerca de 70 colônias sob o sistema de parceria. Até que se evidenciassem as falhas, Ibicaba era tida como ponto obrigatório de visitas de estrangeiros em passagem pelo Brasil, famosa como modelo de fazenda de café onde se desenvolvia um novo sistema de colonização.⁴

³ PRADO JR., C. *op.cit.*

⁴ Ver mapa da localização das colônias em que se utilizou o sistema de parceria em HOLANDA, S.B. de. “*Prefácio*” In: DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo, 1941.; sobre o sistema de parceria ver: VIOTTI DA COSTA, E. *Da senzala à colônia*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1966; STOLCKE, V. *Cafeicultura : homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo : Brasiliense, 1986. 410p.; WITTER, J.S. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. 2ª ed.rev.ampl., São Paulo : Arquivo do Estado, 1982[1974]. 170p.; DEAN, W. *RioClaro : um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977. 205p.

A experiência da introdução do trabalho livre na Fazenda Ibicaba constitui-se em exemplo valioso para a análise da evolução da agricultura paulista. Trata-se de uma propriedade em que a cana-de-açúcar começou a ser substituída pelo café em 1828, contudo, as atividades produtivas eram limitadas pelo seu pequeno número de escravos, o principal motor do sistema produtivo que vigorava à época no Brasil. Em 1838, fez-se uma primeira tentativa de reorganização da fazenda, introduzindo-se 82 famílias portuguesas. Essa primeira experiência falhou e interrompeu-se com as turbulências políticas de 1842. Mas em 1847 a “*Vergueiro & Companhia*”, com o auxílio de um empréstimo por três anos do governo provincial, contratou um grupo de 64 famílias alemãs, iniciando uma nova fase na evolução do sistema de trabalho na Fazenda Ibicaba⁵.

A situação em que os colonos europeus encontravam-se ao chegarem no Brasil era bastante insatisfatória. Os contratos de trabalho, assinados antes de conhecerem as reais condições do país para onde iriam, eram redigidos geralmente em proveito do empregador. A obrigatoriedade da coexistência com os escravos desagradava aos imigrantes. Os fazendeiros, acostumados a lidar com escravos, não tratavam os colonos com dignidade. Por outro lado, o recrutamento de imigrantes na Europa era feito sem maiores cuidados, pois os agentes visavam mais a quantidade de pessoas do que a aptidão para o trabalho na lavoura, já que se calculava a remuneração pelo número de imigrantes cadastrados.

Os primeiros colonos alemães a chegarem a Ibicaba, em 1847, foram integrados ao contingente de trabalhadores da fazenda, que já então contava com algumas famílias de imigrantes portugueses, remanescentes da primeira introdução de 1838-1840, além de um grande número de escravos. Foram submetidos ao “*sistema de parceria*”.

Os contratos de parceria previam, em geral, o financiamento da viagem dos colonos desde o seu país até o porto de Santos, e daí até a fazenda onde passariam a residir e trabalhar. Também os instrumentos eram financiados até que se pudessem pagá-los com o produto das primeiras colheitas. Por sua vez, os colonos eram incumbidos de cuidar de um número não especificado de pés de café, além de poderem cultivar suas próprias culturas alimentares. Além disso, recebiam gratuitamente uma casa. Como

⁵ WITTER, J.S. *Ibicaba revisitada*. In. SZMRECSÁNYI & AMARAL LAPA (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo : Hucitec/Fapesp/ABPHE, 1996. 324p., p.131-144. Ver também: STOLCKE, V. *op.cit.*; DEAN, W. *op.cit.*

pagamento, destinava-se ao fazendeiro metade do rendimento líquido do café e das culturas alimentares. Os colonos deveriam reembolsar o adiantamento recebido com no mínimo metade de seus ganhos anuais com o café. O contrato não especificava sua duração, mas estabelecia o montante da dívida a cargo do imigrante, devido aos custos de transporte e alimentação. O colono arcaria com juros sobre o montante pendente após dois anos. Era proibido deixar a fazenda até que se quitassem todas as dívidas, sob pena de pesada multa⁶.

O colono sob o sistema de parceria, apto à lide no cafezal e contando com o trabalho de sua família, saldaria sua dívida para com o fazendeiro num prazo de quatro anos em média. Alguns observadores asseguravam, segundo Verena Stolcke, que um número significativo de famílias imigrantes conseguia atingir tal expectativa e se estabelecer em poucos anos por conta própria. Warren Dean calculou um prazo de cinco anos para que uma família de cinco membros pudesse saldar suas dívidas, estimando que pudessem cuidar de cerca de três mil cafeeiros.⁷

Tschudi obtivera a informação de que, dos 900 imigrantes iniciais que haviam se assentado na Fazenda Ibicaba em 1847, cerca de 670 ainda permaneciam em 1855. O restante havia concluído seus contratos ou indenizado o fazendeiro pelos gastos incorridos em seu favor.⁸ Entretanto, Stolcke cita H.Haupt, um emissário do governo prussiano, que já em 1867 observara que apenas em circunstâncias muito favoráveis tais como roças férteis, família grande, e ausência de doenças, poderia uma família imigrante ressarcir suas dívidas num tempo razoável.⁹ Vários observadores emitiram opinião semelhante.

Em 1841 ainda cultivava-se cana em Ibicaba. Alguns dos portugueses já instalados eram jornaleiros, alojados em dormitórios não muito diferentes dos “quadrados”, e comiam a mesma comida dos escravos. Algumas famílias eram instaladas em casas separadas e tinham seus próprios lotes de subsistência pelo qual pagavam aluguel. Trabalhavam nos campos, sob a supervisão de feitores.¹⁰

De fato, o sistema de parceria acabou se caracterizando pelos abusos por parte dos fazendeiros e desentendimentos por parte dos imigrantes. Os sinais de descontentamento, de ambos os lados, não

⁶ STOLCKE, V. *op.cit.*

⁷ STOLCKE, V. *op.cit.* - A autora cita J.P.CARVALHO DE MORAES e seu “Relatório apresentado ao Ministério da Agricultura..., Rio de Janeiro, 1870”; ver também: DEAN, W. *op.cit.*

⁸ TSCHUDI, J.J. VON. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo : Martins, 1976[1866]. 209p.

⁹ HAUPT, H. “Sociedade Internacional de Imigração, Relatório, 1, 1867, p.39” *apud* STOLCKE, V. *op.cit.*

demoraram a se fazer sentir. Um primeiro movimento deu-se na Fazenda Nova Olinda, próximo a Ubatuba, em 1856, ocasião em que os colonos reclamavam das condições gerais que possuíam. Contudo, a revolta mais importante deu-se em dezembro daquele mesmo ano, na Fazenda Ibicaba. Thomaz Davatz, um mestre-escola suíço, capitalizou a indignação dos imigrantes e liderou um movimento de protesto contra “o cálculo de rendimentos do café produzido, a cobrança da comissão, a taxa de câmbio desfavorável utilizada na conversão de suas dívidas em moeda nacional, a cobrança do transporte de Santos até a fazenda, e a estranha divisão dos lucros da venda do café”. Segundo Davatz, o que se pedia era tratamento justo¹¹.

A repercussão foi grande e severas medidas foram tomadas contra agentes de imigração na Suíça e na Prússia. Desde 1857, nenhum colono de parceria proveniente desses dois países entrou no Brasil. Na Europa, alarmou-se a opinião pública, preocupada com a sorte de seus compatriotas. Surgem inquéritos oficiais, especialmente na Alemanha e em Portugal (países de origem dos maiores contingentes de colonos sob o sistema de parceria) desaconselhando a emigração para o Brasil. “*Desencadeia-se forte campanha, e a imigração para o Brasil chega a ser proibida na Alemanha em 1859. A corrente de imigrantes alemães torna-se, depois de 1862, quase nula; quanto à portuguesa, diminuirá de mais de 50%*”¹².

O fracasso do sistema de parceria foi estudado por diversos autores e, em linhas gerais, pode-se dizer que os fazendeiros, com longa tradição como senhores de escravos, foram incapazes de relacionarem-se com trabalhadores livres sem recorrerem a formas de coerção que não eram aceitas pelos colonos. Some-se a isso tudo a grande desilusão que os imigrantes acumulavam com suas condições de vida e trabalho, tendo em vista suas expectativas ao imigrarem para o Brasil.

A viagem de um grupo de imigrantes alemães até Ibicaba

¹⁰ DEAN, W. *op. cit.*

¹¹ STOLCKE, V. *op. cit.*; DAVATZ, T. “*Memórias de um colono no Brasil*”, São Paulo, 1941; onde se apresenta um relato detalhado sobre os acontecimentos.

¹² TSCHUDI, J.J. VON. *op. cit.*; PRADO JR., C. *op. cit.*

Apesar do fracasso que, em termos gerais, obteve-se com o sistema de parceria, houve casos de sucesso, em que grupos de imigrantes, em curto espaço de tempo, transformaram-se em empresários bem sucedidos. Este é precisamente o caso de um determinado grupo de colonos alemães que emigrou para o Brasil e estabeleceu-se na Fazenda Ibicaba sob o sistema de parceria. Após conseguirem se livrar das dívidas contraídas, mudaram-se para Piracicaba, onde se fixaram, desta feita como empresários em diversos ramos do comércio e da indústria. Lá criaram raízes e cresceram economicamente.¹³

A origem de um dos primeiros grupos de alemães a imigrar para Ibicaba é a *Renânia*, região localizada entre *Colônia* e *Arnheim*, às margens do Rio Reno, atualmente pertencente ao território da Holanda, onde se localizavam outros principados germânicos autônomos, anteriores à reunificação da Confederação Germânica por Bismark.

Esta região era palco, por volta de 1840, de um grande desenvolvimento industrial, com suas minas de carvão e fundições de ferro, podendo ser caracterizada como o berço da siderurgia alemã. A população, em sua maioria era constituída por luteranos que se caracterizavam por seguir rígidos princípios morais, distinguindo-se, por isso, dentro do protestantismo. Moravam em vilarejos.

Neste contexto, um determinado grupo de famílias daquela região acabou por emigrar para o Brasil, em parte por estarem descontentes com o movimento que as minas de carvão passaram a gerar na região, em parte atraídos pela perspectiva de melhores condições de vida. De qualquer maneira, pode-se dizer que foram movidos por motivos circunstanciais da região à época.

Phellip Diehl, o patriarca do clã, vivia no campo explorando produtos agropecuários como queijo, leite, manteiga, couro e lã. Tinha nove filhos, entre os quais seis homens, cada um com uma profissão, notadamente voltadas para a construção, de tal sorte a poderem trabalhar com cantaria, carpintaria e produção de telhas planas próprias para o telhado germânico. Faziam pontes, casas, muros, montantes de portas e janelas, etc. Eram também comerciantes. No curtume aproveitavam o couro dos animais abatidos empregando-o numa selaria.

¹³ As informações sobre o grupo de imigrantes alemães tomado como objeto de estudo neste trabalho foram colhidas a partir de entrevistas com Roberto Corte Brilho (descendente direto de um dos líderes do clã), bem como a partir dos diários de Jacob Diehl e Hugo Heise (fonte primária em poder do entrevistado).

Esta economia familiar, ligeiramente diversificada, proporcionava aos seus membros uma certa condição de cultura e conforto, de tal sorte que mantinham bom contato com música, arte, estudo de línguas, etc.

Havia outras famílias na região com condições semelhantes, caracterizando uma comunidade com excelentes relações de amizade, fortalecidas através da religião, nos encontros dominicais. Assim, dentre outras profissões, contava este grupo de camponeses com pelo menos um ferreiro, um carpinteiro, um marceneiro, um seleiro, um relojoeiro, um padeiro, e com construtores especializados em pedra, madeira e cobertura.

Durante a primeira metade do século XIX, com o incremento das atividades econômicas na região, inicia-se um grande afluxo de mão-de-obra de origem diversa para trabalhar nas minas, fundições, etc. As pessoas que para lá convergiram, em regime de trabalho semi-escravo, tinham condições sociais diferentes da comunidade local, principalmente no que tange a questões morais, pois havia um grande número de “homens sem família”.

Devido às condições sub-humanas dos trabalhadores das minas, começa a surgir na região uma forte organização sindical para pleitear melhores condições de vida. A organização desses movimentos se deve, em grande parte, a Karl Marx, considerado por muitos na época, um agitador, detestado pela nobreza alemã detentora das minas e indústrias siderúrgicas que se instalavam na região “a todo vapor”.

Esta agitação social criou no vale do Reno uma insatisfação geral da comunidade local, tradicional e conservadora dos costumes. Suas terras muitas vezes eram tomadas para a exploração mineral, e o clima com isso tornava-se cada vez mais tenso durante a década de 1840.

Por esta época, o Senador Vergueiro já mantinha na Europa contatos visando o estabelecimento de um sistema de importação de imigrantes para servirem de mão-de-obra na lavoura cafeeira. Vislumbrou-se, por uma razão qualquer, a possibilidade de se trazer famílias desta região; além de outras regiões que encontravam-se em condições mais ou menos similares, como por exemplo se deu com a imigração de suíços-alemães, localizados numa região distante da Renânia.

Contando com a ajuda do governo alemão, organizou-se a migração grupos de famílias que deveriam preparar-se como pudessem (um tanto às pressas) para uma mudança radical para o Brasil.

Havia diferenças entre as condições econômicas de cada família de colono. Os mais fortes economicamente trouxeram mobiliário, objetos para o trabalho, etc. Este era precisamente o caso da família Diehl, e outros membros da mencionada comunidade de luteranos da Renânia.

Foi então este pessoal agrupado ao final de 1848 e levado para Rotterdam, onde o Senador Vergueiro havia providenciado uma caravela da *Cunard Line*, Companhia de Navegação inglesa, das poucas que à época faziam a rota para a América do Sul. Embarcaram em Rotterdam no início de 1849 trazendo seus próprios suprimentos (barricas de carne de porco conservada em banha, porcos, galinhas, gansos vivos, batata, frutas, etc.). Empreenderam uma terrível viagem para Santos que durou 56 dias. Chegaram em precárias condições, passando fome, mal de saúde, mas vivos.¹⁴

Em Santos o Senador Vergueiro havia providenciado uma enorme tropa de mulas para trazer os imigrantes recém chegados, constituindo um grupo de aproximadamente 200 pessoas, para Ibicaba. A tropa entretanto era insuficiente, pois não se previa que estivessem sendo trazidos mantimentos, tais como sacos de farinha, móveis, etc.; assim, mulheres e crianças mais os mantimentos viajaram de mula, e os homens viajaram de Santos a São Paulo a pé.

A dificuldade relatada por este grupo de imigrantes alemães confirma o que, em geral, todos eles enfrentavam ao serem transferidos da Europa para as fazendas de café no Brasil. Depois de uma viagem de quase dois meses, desembarcavam em Santos. Ali descansavam alguns dias; eram então conduzidos, a pé, com as malas, as crianças e os doentes acomodados em carroças de duas rodas, subindo a serra em direção ao interior.¹⁵

Como se não bastasse a primeira tragédia, a travessia do Atlântico, empreenderiam agora uma segunda: a viagem para Ibicaba. De Santos até São Paulo levaram seis dias pelo caminho do mar. Encontravam pelo trajeto apenas carne de sol e farinha de mandioca para comer, alimentação com a qual não estavam familiarizados. A esta altura seus suprimentos já haviam se esgotado. Dormiam em albergues instalados pelo caminho como pontos de parada da viagem.

¹⁴ A viagem desde a Europa até Santos e daí até a Fazenda Ibicaba encontra-se relatada no *Diário Jacob Diehl*.

¹⁵ Ver DAVATZ, T. *op. cit.*; DEAN, W. *op. cit.*

Chegaram em São Paulo na Chácara do Chá, onde o Senador Vergueiro providenciara instalações para que o pessoal pudesse recuperar-se fisicamente. No diário não consta o número de dias de descanso. Neste intervalo o Senador Vergueiro providenciou mais mulas para transporte e “*carroções*” de quatro rodas puxado por burros.

Nesta parada na Chácara do Chá houve a primeira dissidência do grupo que saíra de Rotherdan. Algumas pessoas desistiram de prosseguir e voltaram para Santos. Um dos Diehl e esposa, decidiu embarcar para a América do Norte. Possuidor de conhecimentos de mecânica, instalou-se nos Estados Unidos e montou seu negócio. Seus descendentes, 60 anos depois eram donos da indústria Diehl de máquinas pesadas: tratores, motoniveladoras, e outras da mesma linha.

Um outro grupo de dissidentes foi para a Argentina, que se tornaria em futuro breve um dos países preferidos para a emigração alemã. O grupo remanescente embarcou para Campinas, com carroças e mulas, levando uma semana para chegar. Calcula-se pelo diário que era fevereiro ou março, dados os relatos de excesso de calor e chuva. Muita gente ficou doente, ocasionando uma segunda dissidência. Alguns, não muitos, preferiram ficar em Campinas. No diário consta: “... *e o padeiro ficou em Campinas*”. Logo o padeiro, que pelo caminho vinha fazendo pão de centeio e trigo!...

Pelo caminho compravam mantimentos comestíveis com o dinheiro que traziam da Europa (em Libra Esterlina). Não encontravam os mantimentos a que estavam acostumados consumir. No diário aparece: “... *que saudade eu tenho do meu ganso com maçã*...”. Não se adaptavam à comida local (baseada em mandioca, milho, etc.); comiam, mas não lhes era agradável ao paladar.

Chegaram a Ibicaba mais ou menos uma semana depois de terem partido de Campinas. Já havia na fazenda um grupo de imigrantes portugueses. Foram, de início, alojados num grande galpão comum, feito de taipa e telha vã, cujo aspecto lhes parecia ruim, e as condições de higiene e conforto totalmente diversas das que eles possuíam na Europa. Aproximadamente 100 famílias alojadas sob o mesmo telhado era uma condição inaceitável para aqueles colonos, por propiciar promiscuidade e falta de aconchego para a família.

Anos depois Davatz descreveria a recepção que comumente se dava aos alemães em Ibicaba, pelos Vergueiro, os quais, ainda que mantendo grande distanciamento social, davam sinceras demonstrações de

boas-vindas e de interesse pelo bem-estar dos recém chegados. Os filhos de Vergueiro tinham estudado na Europa e podiam falar alemão. Os imigrantes eram então levados para um lugar a mais de um quilômetro de distância da casa-grande e da senzala, e instalados num agrupamento de casebres de um quarto, de taipa, cobertos de palha e com chão de terra batida. Um alemão residente no Brasil há bastante tempo era, na ocasião, o diretor da colônia.¹⁶

Voltando ao grupo do qual faziam parte os Diehl, logo que chegaram foi feita uma reunião com a administração da fazenda e então separou-se as famílias e as glebas que seriam entregues para cada uma cuidar, sob o sistema de parceria. Algumas famílias tinham dinheiro e puderam pagar pela terra, mas este caso era a minoria. Dentre o grupo recém-chegado, os Diehl eram dos que tinham mais posses.

Para os alemães era chocante a precariedade dos alojamentos a eles destinados, ainda que fossem um pouco melhores do que os de outros trabalhadores livres, que não possuíam terras. Vergueiro não impôs limite ao empréstimo que poderiam tomar dos fornecedores da fazenda. Tinham de se acostumar a uma alimentação diferente. Havia um médico alemão, morador de Rio Claro, cujos serviços deviam ser pagos por cada família (na base de seis mil réis por ano); mas mesmo assim, muitas mortes e doenças, principalmente entre os mais velhos, não puderam ser evitadas. O isolamento, a estranheza dos vizinhos, e a monotonia do dia a dia lhes causavam mal estar.¹⁷

O Senador autorizara a construção de casas nas glebas. Em Ibicaba, como em outras localidades rurais ou urbanas, as casas mais simples eram construídas em taipa de pilão, com pisos em terra batida, ou ladrilho; telha vã, cumeeiras, terças e frechais feitos de cerne de peroba, ou outra madeira dura, lavradas no enxó (ferramenta de carpintaria, pois não havia serraria), com seções quadradas de palmo (aproximadamente 25x25cm). Para unir oitão, terças e frechais, usavam-se caibros de troncos de palmeira. O ripamento era feito em tronco de palmeira lascado e a cobertura com telhas de barro feitas “na coxa”.

Técnicas da construção nas fazendas de café paulistas em meados do século XIX

¹⁶ DAVATZ, T. *op. cit.*

¹⁷ HEUSSER, J. C. *Die Schweitzer auf den Kolonien in St. Paulo in Brasilien*. Zürich : Friederich Schulthess, 1857, *apud* DEAN, W. *op. cit.*

A taipa de pilão foi muito difundida no Brasil até o final do século XIX, especialmente em São Paulo, mas também em Goiás e Mato Grosso (por influência dos bandeirantes). No Planalto Paulista, esta técnica construtiva tornou-se uma opção lógica, dentro de um quadro ecológico que determinava uma grande oferta de terra como material para a construção, e uma grande dificuldade de transportar material de outras localidades. Não havia pedras nem calcários que pudessem sugerir outro tipo de alvenaria, e as madeiras de lei encontravam-se relativamente afastadas, sendo o transporte de toras e vigas dificultado pela inexistência de estradas em boas condições. A taipa de pilão começou a ser substituída pela alvenaria de tijolo de barro cozido, lentamente, a partir de 1870.¹⁸

As casas mais simples eram térreas, com estrutura em “gaiola”, e paredes de pau-a-pique, técnica construtiva que consiste numa trama de paus verticais com as pontas em formato de lança, mergulhadas nos furos dos baldrames, que são vigas horizontais de madeira amarradas aos esteios verticais. Sobre os piques, fixam-se fasquias horizontais de madeira, formando um gradeado trançado a ser preenchido com barro (argila corrigida com areias, palha ou esterco de vaca, para prevenir retrações por perda d’água).¹⁹

A técnica de pau-a-pique foi utilizada em todo o território brasileiro, servindo para edificar as habitações mais humildes, as casas de farinha, as igrejas rurais, e os pequenos moinhos hidráulicos de milho. O mesmo não sucede-se com a taipa de pilão, técnica que parece ter caracterizado principalmente o Planalto Paulista e as regiões onde o povoamento se deu sob sua grande influência.²⁰

No final do século XIX populariza-se o uso do tijolo, espalhando-se em profusão as “*olarias de fabrico de tijolos*”, onde se produziam também ladrilhos (utilizados para o revestimento de pisos e terreiros de secagem de grãos), “*ao lado das velhas fabriquetas de telha caipira*”. O uso do tijolo de

¹⁸ LEMOS, C.A.C. *Alvenaria burguesa*. 2ªed., São Paulo : Nobel, 1989[1985]. 205p.il. – O autor nos ensina que a taipa de pilão praticamente inexistiu em nossa orla marítima, devido também aos determinantes ecológicos. As terras das praias eram impróprias à compressão por serem pouco argilosas, e o regime de alta pluviosidade, característico da região, era prejudicial à manutenção das construções de terra. Além disso, a abundância de pedras e cal, produzida a partir da calcinação de blocos dos sambaquis, levou à definição do sistema estrutural da arquitetura litorânea implantada pelos portugueses. “Definição natural que simplesmente decorria de aptidões da mão-de-obra disponível e dos materiais oferecidos pelo meio ambiente”.

¹⁹ KATINSKY, J.R. *Sistemas construtivos coloniais*. In: Vargas, M.(org.). “*História da técnica e da tecnologia no Brasil*”. São Paulo : Ed.Unesp : CEETEPS, 1994. 412p., p.67-94. - O autor informa que esta técnica construtiva pode ser identificada em construções medievais em toda a Europa (incluindo a Inglaterra e Ilhas Britânicas), Norte da África, Oriente Médio, até as ilhas japonesas no Pacífico.

²⁰ KATINSKY, J.R. *Sistemas construtivos coloniais*.

barro cozido seria difundido com a expansão e modernização da cafeicultura, deslocando a taipa de pilão.²¹

O início da fabricação sistemática de tijolos à vista da crescente demanda não sabemos bem como se deu. Carlos Lemos sugere que talvez tenham surgido aqui e ali, nas proximidades das jazidas de barro bom, as pequenas olarias de fabrico manual, fazendo concorrência aos estabelecimentos que já produziam telhas e ladrilhos. Entretanto, Davatz, em 1856, referindo-se à colônia de Ibicaba, já falava no emprego de tijolos no local, que eram vendidos aos colonos e usados inclusive em fornos e fogões.²²

Técnicas da construção: em Ibicaba, o primeiro choque cultural

Técnicas de construção com terra como a taipa de pilão e a taipa de mão (pau-a-pique) não eram, em geral, conhecidas pelos imigrantes germânicos, que possuíam outro “*saber-fazer*”. Assim, os primeiros alemães recém chegados a Ibicaba não sabiam construir casas com a técnica predominante na região. Não sabiam usar o enxó, nem trabalhar com tronco de palmeira. A predominância da técnica construtiva tinha como base a abundância e a qualidade do material de construção, no caso a terra, e determinava os instrumentos existentes para produzir as construções.

O diário de Jacob Diehl, segundo Roberto Corte Brilho, menciona um acidente que houve com um dos alemães na tentativa de vencer tal dificuldade. Espetou-se com a farpa de um tronco de palmeira ao tentar trabalhá-lo a fim de usá-lo como ripa. Acabou tendo que amputar a perna, devido à gangrena causada por causa do ferimento.

A solução encontrada para que eles tivessem suas moradias o mais rapidamente possível foi pagar aos portugueses para construir suas casas, enquanto ajudavam em trabalhos menores da construção, sempre orientado pelos portugueses, que assumiam a direção das obras. Entretanto, os alemães

²¹ LEMOS, C.A.C. *Alvenaria burguesa*. - Os “tijolos cozidos” não eram totalmente desconhecidos em terras paulistas nos primórdios. Lemos cita, entre outros fatos como exemplo, uma referência já por volta de 1610 sobre a construção do pelourinho paulistano, projetado em tijolos cozidos, empreitado pelo oleiro Fernão Álvares, um fabricante de telhas local. Contudo, salienta o autor, “*foi o café que popularizou o tijolo*”. A indústria de Sampaio Peixoto, a primeira olaria mecanizada destinada a uma grande produção mensal, instalou-se em dezembro de 1867 na cidade de Campinas. Lemos salienta que apesar da grande produção das modernas indústrias tais como a de Sampaio Peixoto, a dos irmãos Sacoman, e outras como a Cerâmica São Caetano, a cidade de São Paulo contou com o fornecimento de diversas olarias modestas, acionadas manualmente em bases artesanais, uma vez que a demanda por tijolos era muitíssimo alta.

procuravam incorporar algumas melhorias como o soalho no piso e o forro em madeira. Sentiam dificuldade por não terem meios de trabalhar como estavam acostumados na Europa, ou seja, não tinham como usar o seu *know-how* para produzir, pois não possuíam os instrumentos de trabalho necessários.

O mesmo fenômeno ocorria com relação à produção agrícola. Nunca tinham trabalhado com café, nem com as ferramentas que receberam para tanto. Para plantar arroz, trigo, e outros alimentos de seu interesse, não tinham ferramentas adequadas. Não encontravam animais bons para criação. Este grupo de alemães queria porco no chiqueiro, galinha no galinheiro, cama com mosquito, vasos de flores nas janelas, enfim, (...) estabeleceu-se um grande choque cultural com relação aos outros trabalhadores da fazenda; fossem portugueses ou escravos. Isto gerava um grande isolamento do grupo, consubstanciado por casamentos somente entre eles.

As dificuldades continuavam. Dois alemães do grupo, Phillip Diehl e Kräembuhl, o ferreiro, com dinheiro angariado junto à comunidade e talvez complementado por um empréstimo ou financiamento do Senador Vergueiro (o diário não está claro quanto a este ponto), voltaram para a Europa com dois objetivos: contar o que acontecia no Brasil a fim de organizar uma segunda leva de imigrantes de sua comunidade, incluindo, se possível, pessoas capacitadas para desempenhar atividades que faziam falta na comunidade alemã de Ibicaba, como por exemplo um médico e outros profissionais considerados importantes. O segundo motivo era talvez o principal: trazer equipamentos e ferramentas.

Forja, marreta, bigorna, pinças para lidar com ferro em brasa, cilindros para enrolar arcos de rodas de carruagens, serras para serraria, cunhas, trados, ferramentas agrícolas diversas, um locomóvel (o primeiro a funcionar numa fazenda de café no Brasil) usado para mover a serraria e o moinho que seriam construídos em Ibicaba. Foram trazidas fôrmas para telhas francesas e artigos para o dia a dia, tais como panelas de ferro, fechaduras, tachos, etc.

De volta ao Brasil, montaram uma serraria (a primeira a vapor funcionando numa fazenda de café), provavelmente uma das primeiras do Brasil. Equiparam-se as famílias com as encomendas respectivas. Montaram uma olaria de tijolos, com os quais se empreenderam a construção de novas casas na colônia. Construíram uma torre, com envasaduras ogivais, lembrando o estilo gótico, onde instalaram um imenso

²² LEMOS, C.A.C. *op. cit.*; DAVATZ, T. *op. cit.*

relógio existente até hoje. Montaram uma cerâmica de telhas francesas (que era novidade na região) e que viria a deixar, mais tarde, muito rica a família de Phellip Diehl.

Já no início da década de 1850 os líderes deste grupo de alemães transformavam-se em líderes da comunidade em Ibicaba, tendo sido dos primeiros a saírem da fazenda (por volta de 1853), indenizando o Senador Vergueiro, livrando-se do sistema de parceria. A maior parte deste grupo foi para Piracicaba. Alguns foram para Limeira e outros para Rio Claro. Nesta mesma época, junto com os alemães saíram também alguns colonos suíços. Observe-se que este grupo de colonos, mesmo dotado de privilegiada condição sócio-cultural em seu país de origem, acabou levando quatro anos para conseguir indenizar a *Vergueiro & Cia.* e saírem de Ibicaba. Mesmo assim, tiveram que empreender uma viagem para a Europa a fim de trazerem equipamentos e instrumentos de trabalho. Denota-se assim o grau de dificuldade pela qual passavam outros grupos de imigrantes menos afortunados.

De Ibicaba a Piracicaba: Técnica & Empreendimentos

Em Piracicaba chegaram com capital suficiente para abrirem seus próprios negócios, mesmo tendo deixado em Ibicaba a olaria, o locomóvel, a serraria, e provavelmente terem sido indenizados por isto.

A partir de 1853, Phellip Diehl reabre a olaria e a cerâmica de telhas francesas, que fez muito sucesso naquela época na região, vendendo muito, mostrando-se capaz de oferecer produtos melhores que as telhas feitas “na coxa”. O tijolo fabricado na olaria era bastante resistente, sendo feito de barro queimado com seixos rolados misturados. Em dois anos ficaram ricos, e daí associaram-se com o suíço Rochelle, mandando buscar na Europa outro locomóvel, e montando uma das primeiras serrarias a vapor de Piracicaba.

Em Piracicaba, especializaram-se em atividades de indústria e comércio, estabelecendo várias sociedades temporárias. No ramo comercial: diversos armazéns, lojas de tecidos, produtos animais, etc. (Jacob Diehl). No ramo industrial: olaria e cerâmica de telhas francesas (Phellip Diehl); ferraria (Kräembuhl); marcenaria (Fischer); serraria, carpintaria e curtume (Jacob Diehl); selaria (Jacob Diehl e

Vollete, um suíço casado com a irmã de Jacob). Um outro membro da comunidade (Schmidt) fabricava “geladeiras de madeira” ou “caixas de frio”, recipiente de madeira com uma porta revestida de zinco e uma camada de cortiça. Fabricavam carroças e carruagens (Jacob Diehl e Kräembuhl), e exploravam o serviço de *Tilburys* de aluguel em Piracicaba. Pregos, chapas, dobradiças, cravos, trancas e tramelas eram batidos na forja pela ferraria de Kräembuhl, que trouxera de Ibicaba para Piracicaba o conhecimento técnico para fazer eixos de carroça e peças maiores.

Por volta de 1880, os alemães, já estabelecidos em Piracicaba, reuniram-se e iniciaram uma nova atividade econômica: a construção de casas. Nas obras utilizavam-se, sempre que possível, de produtos fabricados por membros da colônia alemã, tais como: dobradiças, trancas, tramelas, grades, etc. (ferraria de Kräembuhl); telhas francesas, telhas planas, etc. (olaria e cerâmica de telhas de Phillip Diehl); ripas, caibros, vigas, batentes, e folhas de portas e janelas, tábuas de assoalho, tábuas de forro, etc. (todo o madeiramento de construção era fornecido pela serraria e marcenaria de Jacob Diehl).

Utilizavam nas obras alguns componentes pré-fabricados, como as janelas de 3 folhas com batentes de peroba com seção de 16x13cm, e bitola padrão para tijolo de 13cm de largura feitos pela serraria e carpintaria (Jacob Diehl); folhas externas (veneziana) e folhas intermediárias com vidraça de abrir, ou tipo guilhotina (sistema francês) feitos pela marcenaria (Fischer); folhas internas em madeira maciça feitas pela serraria e carpintaria (Jacob Diehl); ferrolhos e trancas de ferro feitos pela ferraria de Kräembuhl.

As casas eram bem protegidas, pois havia muitos “*bandoleiros*” à época. Em geral eram todas elevadas do solo (possuindo porão como caixa perdido ou não). As maiores casas tinham respaldo feito em pedras tiradas do Rio Piracicaba (basálticas). Todas as casas tinham soalho, que juntamente com o forro, vidraças, respaldo e/ou paredes de pedra, assim como o madeiramento serrado (e não lavrado), podem ser considerados como influência alemã. Introduziram em Piracicaba o uso de cera no assoalho e nos móveis.

As casas eram todas forradas, portanto não favoreciam a ventilação natural que propiciava a telha vã. Em Piracicaba fazia muito calor, assim, todas as portas e janelas eram dotadas de bandeira na parte

superior (para saída do ar quente acumulado). Todos os cômodos eram dotados de porta e janela (aboliram as alcovas), e o pé direito das casas era de 5 a 5,5 metros de altura.

As cozinhas eram amplas e os banheiros internos às casas. Aliás, a cozinha para a família alemã é chamada “*o lar*”. Era vista com muita deferência, pois ali a família ficava, jantava, recebia visita íntima. Eram sempre cozinhas grandes com “fogão de meio rabo”, a lenha, de 8 bocas e chapa de ferro.²³

Chamava-se “rabo” o local do fogão destinado a apoiar a lenha. Assim, “fogão de meio rabo” era usado para lenha serrada (rabo curto). O fogão era construído de tijolo assentado com uma mistura de saibro e açúcar preto (não clarificado, mascavo) para evitarem-se trincas por calor. A chapa era feita pela ferraria (Kräembuhl) em ferro batido com 8 buracos (8 bocas). Tinha-se acesso ao fogão por três dos seus lados, já que ele era assentado ao centro de uma das paredes, o que não era usual entre portugueses e brasileiros, que assentavam o fogão, com dois lados livres, num dos cantos do cômodo, causando o inconveniente de se “pretejar” a parede e se lhe dificultar o aceso.

Acima do forno faziam uma estufa para manter os alimentos aquecidos; e atrás do fogão, na base da chaminé, havia uma caixa com serpentina para aquecimento de água, Deste modo o banheiro, que foi trazido para dentro da casa, era também abastecido com água quente. O fogão era sempre mantido com calor (brasa ou brasa coberta de cinza). Os banheiros eram bastante completos, com lavatórios, bidês móveis importados da Europa em ferro fundido esmaltado, banheira, vaso sanitário com “puxadores de descarga” importados. Era uma novidade para a comunidade da época. “*As visitas iam ver o banheiro*”²⁴.

As paredes das casas eram empapeladas. O papel de parede era importado da França e fornecido por um dos membros da colônia alemã que atuava no comércio piracicabano. As casas eram dotadas de peitoril e joelheira de mármore, usadas na Europa para proteger o papel de parede; e dispunham de energia elétrica. De fato, Piracicaba foi uma das primeiras cidades paulistas a dispor de energia elétrica, graças à iniciativa de Luiz de Queiroz que, juntamente com um grupo de franceses, construiu uma Usina, aproveitando as águas do Rio Piracicaba para este fim.

²³ Sobre as zonas de serviço das casas paulistas ver: LEMOS, C.A.C. *Cozinhas, etc.* São Paulo : Perspectiva, 1976. 226p.il.

²⁴ Cf. Roberto Corte Brilho, baseado em relatos de família e nos *Diários Jacob Diehl* e *Hugo Heise*.

Foram muitas as casas construídas em Piracicaba por este grupo de imigrantes alemães que certamente modificou o sistema cultural da cidade. Por motivos diversos Jacob Diehl tornara-se uma espécie de líder da família e da comunidade. As construções eram administradas por eles mesmos, e ainda que a “construtora” não existisse formalmente, funcionava como tal na prática. Os serviços da construção eram “terceirizados” entre os próprios alemães. Por volta de 1900 vieram novos alemães para a cidade, incrementando a colônia já muito bem instalada pelos descendentes de Ibicaba.

As informações sobre este grupo específico de colonos de Ibicaba foram baseadas em dois diários manuscritos, e também em relatos verbais dos descendentes da segunda geração dos próprios imigrantes a Roberto Corte Brilho, este, por sua vez, descendente por parte de pai (4ª geração) e mãe (5ª geração) do patriarca dos Diehl.

Ao tomar a Fazenda Ibicaba como objeto de estudos, há mais de 20 anos, Witter mencionou dois livros de contabilidade da firma *Vergueiro & Cia.*: o *Livro Mestre V* e o *Livro Mestre V²*, ambos encontrados na própria sede da fazenda²⁵, a qual, por sua vez, sofreu sucessivas modificações, inclusive em função de um incêndio que a destruiu parcialmente ao final do século XIX. Deste modo, muitas e valiosas informações sobre os tempos mais remotos do núcleo de colonização jamais puderam ser desvendadas, e outras tantas não poderão ser comprovadas.

Os nomes deste grupo de imigrantes não aparecem no “*Mapa dos colonos da Colonia Senador Vergueiro*” que encontra-se como anexo no livro de Witter. Contudo existe, também em anexo, um relatório elaborado em 1855 por João Adolfo Jonas, diretor da Colônia Senador Vergueiro, onde se pode observar o movimento do pessoal desde sua fundação em Junho de 1847, e notar-se que, das famílias que saíram de Ibicaba até 1855, 11 haviam se mudado para Rio Claro, 10 para Campinas, 4 para Mogi Mirim, 8 para Porto Feliz, 15 para Limeira, 1 para o Rio de Janeiro, cada uma delas com sua respectiva ocupação. Muitas montaram seus próprios negócios e compraram terras, inclusive os Diehl, pois “*2 familias foraõ para Perisicaba la compráraõ terras*”, e “*5 familias não sei certo q. occupação tem*”. Este relatório foi anexado a uma carta que, o próprio Senador Vergueiro enviara a José Antônio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, dando conta do andamento da experiência de colonização que se desenrolava em

sua fazenda. Sobre a saída dos colonos que saldavam suas dívidas com a *Vergueiro & Cia*, dizia o Senador: “*Ha uma causa constante, e m^{to} legitima, que eu m^{to} aplaúdo, p^a a saida dos Colonos, que tem saldado suas contas, e accumulado um capital para poderem estabelecer-se, é o dezejo de viverem sobre si, taes são os que vaõ notados com compras de terras, ou estabelecimentos d’officinas...*”.²⁶

Bibliografia

Fonte Primária

“*Diário Jacob Diehl (1849-1900)*” : Contém o Diário de Viagem da Europa a Ibicaba. Jacob Diehl nasceu em 1826 e morreu em 1912.

“*Diário Hugo Heise (1901-1940)*” : Relatos das histórias de família. Hugo Heise foi genro de Jacob Diehl, casado com Mathilde Eulalien Diehl.

“*Entrevista com Roberto Corte Brilho*” (23/10/1996) [por] André Munhoz de Argollo Ferrão. Roberto Corte Brilho é descendente direto do patriarca dos Diehl, por parte de pai (4^a geração) e também por de mãe (5^a geração).

Fonte Secundária

DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo, 1941.

DEAN, Warren. *Rio Claro : um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977. 205p.il. (Estudos Brasileiros, 21). Trad.[Waldívia Marchiori Portinho].

KATINSKY, Júlio Roberto. *Sistemas construtivos coloniais*. In: VARGAS, M. (org.). "História da técnica e da tecnologia no Brasil". São Paulo : Ed.Unesp : CEETEPS, 1994. 412p., p.67-94.

LEMONS, Carlos A.C. *Cozinhas, etc. : um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo : Perspectiva : Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976. 226p.il. (Debates, 94). Originalmente apresentado como Tese de Doutorado à FAUUSP.

LEMONS, Carlos A.C. *Alvenaria burguesa : breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. 2^aed. rev.ampl., São Paulo : Nobel, 1989[1985]. 205p.il.

PRADO JR., Caio. *Formação econômica do Brasil*. 19^aed., São Paulo : Brasiliense, 1976[1945]. 346p.

SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição : (1875-1901)*. São Paulo : Edusp : Instituto Fernand Braudel, 1996. 167p. Trad.[Afonso Nunes Lopes].

STOLCKE, Verena. *Cafecultura : homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo : Brasiliense, 1986. 410p. Trad.[Denise Bottmann e João R. Martins Filho].

²⁵ Cf. WITTER, J.S. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. 2^a ed. rev. ampl., São Paulo : Arquivo do Estado, 1982[1974].

²⁶ WITTER, J.S. *op. cit.*, ver Anexo 14: “*Mapa dos colonos da Colônia Senador Vergueiro*”; Anexo 17: “*Carta ao Presidente da Província (2-1-1855)*”.

- TSCHUDI, J.J. von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo : Martins, 1976[1866]. 209p. (Biblioteca Histórica Paulista), 2ª tiragem da edição comemorativa do IV Centenário da Fundação de São Paulo. Trad.[Eduardo de Lima Castro].
- VARGAS, Milton (org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo : Ed.Unesp : CEETEPS, 1994. 412p.il. (Biblioteca Básica).
- VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1966.
- WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. 2ª ed. rev.ampl., São Paulo : Arquivo do Estado, 1982[1974]. 170p. (Monografias, 5).
- WITTER, José Sebastião. *Ibicaba revisitada*. In. SZMRECSÁNYI, T. & AMARAL LAPA, J.R. (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo : Hucitec/Fapesp/ABPHE, 324p., p.131-144, 1996. Coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica (São Paulo, 1993).